



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Serviço especializado de Auxiliar em saúde bucal: Nível Médio (NM), CBO 3224-15

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

1.2.1. A presente contratação tem referência a Resolução TSE nº 23.414, de 21 de outubro de 2014, que instituiu o Programa de Assistência à Saúde - PAS, no âmbito do TSE. Dessa forma, a contratação de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) possui importância singular no auxílio às atividades das cirurgias dentistas que compõem o quadro deste Tribunal e é imprescindível à continuidade dos serviços especificados, considerando não haver no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Pará cargos específicos destinados à realização das atividades indicadas.

1.2.2. A contratação por posto de trabalho se justifica pela natureza das tarefas executadas, contíguas ao trabalho do odontólogo, não havendo como mensurá-las baseando-se em resultados.

1.2.3. Atualmente, o Tribunal possui 2 odontólogos no quadro e 2 consultórios de odontologia, que atendem no período das 8h às 15h. Nesse cenário, para que haja continuidade em todo o processo de atendimento, principalmente, na troca de turnos dos servidores de saúde, quando deverão ser realizadas as atividades de lavagem instrumental, seleção dos prontuários para as consultas/perícias, esterilização, reposição de material nos consultórios e atendimento dos pacientes por telefone, faz-se necessário 1 (um) posto de trabalho de ASB.

1.2.4. Atualmente, não há contrato vigente de serviços de ASB, uma vez que o Contrato TRE/PA nº 68/2019 0873393, mediante alocação de posto de trabalho, venceu em 25/09/2024 - **Não cabendo prorrogação**).

1.2.5. O serviço de auxiliar de saúde bucal é considerado serviço de natureza contínua porque trata-se de serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes, a saber: auxílio às atividades dos cirurgiões dentistas, lavagem e esterilização do instrumental usado nos atendimentos de saúde, seleção dos prontuários para as consultas ou perícias, controle de estoque e reposição de instrumental e material de consumo dos consultórios, agendamentos dos atendimentos de saúde e orientações aos pacientes.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

1.3.1. O serviço de auxiliar em saúde bucal (ASB) possui contratação anterior (Contrato TRE/PA nº 68/2019 - 0873393), não tendo tido nenhuma inconsistência durante a sua execução que mereça reparo.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado. Trata-se de serviço comum de apoio administrativo, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.1.2. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018, da IN SEGES n.º 5/2017 e da Resolução TSE n.º 23.702/2022, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.1.3. O objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

(X) SIM () NÃO

2.2.1 Os serviços possuem natureza contínua tendo em vista que não existe esse cargo neste Tribunal, fazendo-se necessária a terceirização do serviço, levando em consideração sua imprescindibilidade como meio para consolidação das atividades fim deste Regional e traduzem-se em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas unidades administrativas.

2.3. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (X) NÃO

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

2.4.1. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

() SIM (X) NÃO

2.5.1 Analisando as contratações anteriores, não se verifica qualquer motivação que justifique a necessidade de permissão da subcontratação parcial dos serviços, seja como meio de ampliar a disputa ou atender a condição específica do mercado. Ademais, é vedada a subcontratação da parcela principal da contratação ou das parcelas de maior relevância técnica.

2.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

2.6.1. O prazo de garantia dos objetos da futura contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

2.7. Garantia de execução contratual

(X) SIM () NÃO, justificar

2.7.1. Considerando a natureza continuada do serviço e o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com riscos de inadimplemento de obrigações trabalhistas e sociais e a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato e nas condições descritas nas cláusulas do termo de contrato, a fim de assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

2.7.2. O termo de contrato definirá as cláusulas de garantia de execução da contratação, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

2.8. Requisitos de capacitação

2.8.1 Não se constata a necessidade de capacitação do gestor e dos fiscais do contrato, considerando as contratações anteriores e modelagem de gestão do contrato.

2.9. Requisitos legais

2.9.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei Nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
- Decreto nº 8.538/2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte);
- Decreto nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, (Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- RESOLUÇÃO Nº 23.702, DE 9 DE JUNHO DE 2022 (Dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências);
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017 (Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 4/2019 do TRE/PA (Dispõe sobre o provisionamento de encargos trabalhistas e previdenciários no âmbito deste Tribunal).

2.10. Requisitos temporais

2.10.1. A implantação e o início da execução dos serviços contratados será de acordo com a Ordem de

Serviço emitida pela Contratante e o prazo de vigência inicial de execução do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos até o limite permitido pela Lei nº 14.133/2021, artigos 106 e 107.

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que for aplicável, os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, notadamente o art. 32 da Lei nº 12.305, de 2010, art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010 e no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no ***Plano de Logística Sustentável do TRE/PA*** e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

- a) Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- d) Oferecer treinamento e conscientização sobre práticas sustentáveis para os funcionários alocados nos postos de trabalho. Isso pode incluir orientações sobre economia de recursos, reciclagem e boas práticas ambientais.

2.12. Necessidade de transição contratual

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

2.13. Vistoria Técnica

2.13.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

☐ SIM ☐ NÃO

2.14.1. Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

2.15. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

☐ SIM ☒ NÃO

2.15.1. Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, haja vista a vedação contida no enunciado da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.16. Possibilidade de participação de Pessoa física

☐ SIM ☐ NÃO

2.16.1. Há vedação à participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.17. Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? () SIM (X) NÃO

2.17.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento.

2.17.2. A sua utilização é apropriada para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem o qual o serviço, mesmo que prestado na sua totalidade, não se mostra adequado. Assim, a regra é que quaisquer serviços devem ser prestados na quantidade, tempo e modo previstos no edital, entretanto, há algumas espécies de objeto em que além desses requisitos, a qualidade deve ser aferida para que seja considerada a execução na sua plenitude, não bastando que simplesmente o serviço seja concluído pelo contratado.

2.17.3. Contudo, é imprescindível que a natureza dos serviços a serem contratados possibilite a aferição da qualidade em que será prestado, cuja escolha de atividades (preferencialmente mais relevantes) e indicadores mínimos de desempenho devem ser previamente delineados para que o contratado tenha ciência e cautela na execução, pois a utilização do IMR, ou outro instrumento substituto, permitirá ao gestor glosar o pagamento de serviços não prestados ou prestados em desconformidade com o previsto no edital e anexos.

2.17.4. Portanto, para correta aplicação do instrumento, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, conseqüentemente, o montante devido em pagamento.

10.17.5. No caso, a contratação em questão não requer uma medição de produtividade e qualidade no sentido estrito, uma vez que as atividades a serem desenvolvidas são de apoio administrativo, estando as rotinas e obrigações gerais claramente definidas neste estudo, no Termo de Referência (TR) e no contrato. Eventuais descumprimentos injustificados dessas obrigações já estão contemplados com a estipulação de sanções, o que garante a responsabilização do contratado em caso de inexecução ou mau desempenho.

10.17.6. Nesse contexto, não se mostra razoável a adoção do IMR ou instrumento equivalente apenas para medir o cumprimento de obrigações contratuais gerais que não estão diretamente relacionadas à produtividade/qualidade do serviço. A introdução do IMR poderia resultar em uma complexidade desnecessária no processo de contratação, adicionando etapas de medição que não agregam valor significativo à gestão do contrato.

10.17.7. Ademais, não foram identificados parâmetros específicos que possam ser utilizados para medir a qualidade do serviço. A ausência desses critérios tornaria a aplicação do IMR inadequada e subjetiva.

10.17.8. Considerando todos esses pontos, é justificável a não adoção do IMR para esta contratação. Em vez disso, recomenda-se que a gestão do contrato seja realizada por meio dos mecanismos já estabelecidos no modelo de gestão do contrato, como o acompanhamento técnico e a fiscalização, em conformidade com o que está previsto no contrato e no TR. Essa abordagem permitirá uma gestão eficaz do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais de forma adequada, sem a necessidade de introdução de um instrumento de medição que não se mostra apropriado para o caso em questão.

2.18. Manifestação quanto à possibilidade de participação de egressos na execução do Contrato a ser firmado, conforme determina o Decreto Federal n.º 9.450/2018 e a Resolução TRE/PA n.º 5.434/2018

2.18.1. Considerando que se pretende contratar somente 1 posto de serviço por cargo, **não será reservada vaga para egressos do sistema prisional.** De acordo com a Resolução TRE-PA nº 5.434/2018, a reserva de vagas deve ser de 5% quando o número de postos for igual ou superior a 20 e de 1 (uma) vaga para o número de postos de 6 a 19.

2.19. Manifestação quanto à possibilidade de aplicação da Resolução CNJ 497/2023 (pessoas em

condição de vulnerabilidade)

2.19.1. A reserva de vagas prevista na Resolução CNJ nº 497/2023 e no Decreto Federal nº 11.430/2023 (com as alterações dadas pelo Decreto nº 12.516/2025) não será aplicada ao presente feito. Não obstante a legislação vigente faculte a aplicação do instituto em contratos com menos de 25 (vinte e cinco) colaboradores, constata-se a inviabilidade material e a desproporcionalidade econômica de sua implementação neste caso concreto, visto que a contratação restringe-se à alocação de apenas 1 (um) posto de trabalho para o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal. Sendo o objeto indivisível sob a perspectiva da vaga disponibilizada, resta demonstrada a impossibilidade prática de aplicação de percentuais de reserva, mantendo-se a contratação ampla sem prejuízo à isonomia.

2.20. Requisitos de qualificação técnica e econômica

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.17.1. É necessário exigir das licitantes aptidão técnica e econômica para a prestação do serviço, de modo a impedir a participação de licitantes sem experiência na área objeto da presente contratação e que não possuam um lastro financeiro para arcar com as obrigações trabalhistas, permitindo a entrega satisfatória do serviço, atingindo, assim, a sua finalidade.

2.21. Regime de execução

(X) Empreitada por preço global

() Empreitada por preço unitário

2.21.1. Nesta contratação, entende-se como mais adequada a adoção do regime de execução "Empreitada por preço global", considerando a precisão dos quantitativos de serviços e de uniformes a serem disponibilizados na execução do contrato. Assim, as variações no pagamento mensal dos serviços, em regra, poderão ocorrer apenas em razão da ocorrência de eventual aplicação de sanção.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. O levantamento de mercado se trata da análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

3.3. Para a contratação dos serviços em comento tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

3.4. Desta forma, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, no levantamento de mercado conforme consulta em entes públicos verificou-se que a metodologia de contratação são as mesmas adotadas pelo TRE/PA atualmente, qual seja, posto de trabalho com fornecimento de uniformes necessários para a execução dos serviços.

3.5. É importante ressaltar que a variedade de contratos com objetos coincidentes encontrados não significou a que a comparação de preços fosse simples. Ao contrário, a diversidade de definições de atribuições, requisitos de formação e de experiência, e até mesmo de nomenclatura dos postos, exigiu exercício comparativo detalhado e subjetivo.

3.6. Identificação das soluções disponíveis

3.6.1. **Solução 1:** Verificou-se primeiramente quanto a possibilidade de contratação **por demanda de serviços homem/hora**, entretanto, por se tratar de serviços acessórios e de forma contínua com a disponibilização para atendimento das demandas internas, não foi possível estimar um maior benefício para este tipo de contratação tendo em vista a complexidade de mensuração quanto a variedade de atividades desempenhadas por este Regional, e considerando que muitas são contínuas e de volume variável, bem como a quantidade elevada de postos a serem contratadas para atender a cada uma das especificidades do TRE/PA, gerando assim um número elevado de contratações de homem/hora e consequentemente um valor elevado também na quantidade de hora de trabalho a ser fiscalizada.

3.6.2. **Solução 2:** No esteio de ser encontrada uma alternativa econômica e vantajosa para a administração, pensou-se sobre a possibilidade **de entrega de serviços por demanda/produktividade**, entretanto, tendo em vista que a demanda se apresenta intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seu atendimento e também seria improdutivo, pois a ausência de um profissional no local para execução da demanda faria com que a contratada encaminhasse um profissional a todo instante em que o TRE/PA necessitasse dos serviços.

3.6.3. **Solução 3:** Observadas as contratações adotadas por órgãos públicos, destaca-se a **contratação por posto de trabalho**, a qual é a mais comum e recorrente no âmbito da administração pública, isso fica evidenciado no item 3.6, em que todas as contratações pesquisadas envolveram como modelo **a escolha por postos de trabalho**. Cabe informar também que o atual modelo em execução no TRE/PA segue a mesma sistemática, nos termos do contrato nº 68/2019 0873393, firmado com a empresa **OFFICE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI - EPP**. Isto pois, nesse formato de contratação, o profissional permanece à disposição do contratante para atuar em qualquer demanda, de acordo com o seu perfil, capacidade e dentre outras atribuições do cargo, durante o horário de expediente.

3.7. Comparação das soluções

Solução 1 e 2 - Postos de Trabalho Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: Nestas soluções, a execução das atividades ocorre sob demanda, o que significa que os serviços são prestados apenas quando solicitados. Essa abordagem pode ser adequada para serviços de pronto atendimento, porém, não proporciona uma presença constante da equipe da contratada nas instalações do órgão.

Solução 3 - Postos de Trabalho Com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: Neste modelo, os funcionários da contratada trabalham de forma contínua nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva. Isso implica em uma rotina específica e supervisão direta do órgão contratante. Essa solução oferece uma presença constante da equipe e permite uma melhor integração com as operações do órgão.

3.7.1. A classificação dos postos, para fins comparativos com outros órgãos da administração pública, considerou os critérios a seguir, de forma conjunta e não excludente:

1. Nível de formação educacional;
2. Nível de complexidade das atividades desenvolvidas;
3. Tempo de experiência comprovada;
4. Atribuições e competências de cada cargo;
5. Entre outros critérios que assemelhavam aos cargos que se pretende contratar.

3.7.2. Ao analisar os contratos levantados tendo como base os critérios acima elencados, observou-se que alguns postos enquadravam-se em determinados critérios, mas não em outros. Dessa forma, foi necessário um exercício discricionário e crítico por parte da equipe de planejamento, que avaliou em conjunto os critérios no contexto de cada contrato, de forma a classificar de forma mais próxima possível em relação aos postos definidos para a presente contratação.

3.7.3. Nas contratações analisadas, foram também consideradas novas metodologias e alternativas possíveis, além das expostas acima, que sejam vantajosas para o desempenho funcional e que permitam uma maior aplicação da força de trabalho disponível, tais como controle de frequência, banco de horas.

3.8. Solução mais vantajosa

3.8.1. Das análises das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades (item 3.9), por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, no levantamento de mercado conforme consulta a entes públicos, verificou-se que a metodologia de contratação são as mesmas adotadas pelo TRE-PA, qual seja, posto de trabalho com fornecimento de uniformes necessários para a execução dos serviços.

3.8.2. Pela descrição da atividade de **Auxiliar em Saúde Bucal**, em consulta à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os profissionais que preenchem adequadamente a todos os requisitos demandados são o/a(s) Auxiliares em Saúde Bucal (CBO 3224-15).

3.8.2.1. Descrição do cargo: planejam o trabalho técnico odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Confeccionam e reparam próteses dentárias humanas, animais e artísticas. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

3.8.3. Conforme descrito no item 3.6.3.(**Solução 3**), devido à natureza do trabalho a ser executado, a contratação ocorrerá por meio de postos de trabalho. Esta é a solução que já está inserida no âmbito do Tribunal e outras contratações e que tem se mostrado bastante eficaz no que diz respeito a melhor execução e maior produtividade. Devido as pessoas que desempenham os cargos previstos em contrato estão sempre presentes nas dependências do órgão, sendo alocadas em cada unidade correspondente, o que facilita o conhecimento e o desenvolvimento das atividades.

3.8.4. O trabalho do profissional será de grande relevância para manter o bom funcionamento do serviço odontológico do TRE, visto que tem o papel de: zelar pela organização, desinfecção, esterilização do instrumental odontológico, orientar pacientes, manter o controle do estoque de material de consumo relativo à prestação de assistência à saúde, auxiliar em procedimentos odontológicos.

3.9. Contratações Públicas consultadas

3.9.1. Para fins de análise, foram considerados na pesquisa os órgãos listados abaixo:

ITEM	UASG	PREGÃO	ÓRGÃO
1	100001	00029/2023	TJDFT
2	158313	90003/2024	INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA
3	070010	90014/2024	TRE/PE
4	154080	90008/2024	UNIVERSIDADE FEDERAL/RR
5	152757	90003/2024	INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. ESPECIFICAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Descrição do Serviço/Perfil Profissional/Posto	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	Qtde. de Postos	Carga Horária Semanal/Escala	Piso Salarial (R\$)
--	---	-----------------	------------------------------	---------------------

Auxiliar em Saúde Bucal (ASB)	3224-15	1	44 horas	R\$ 1.648,98
-------------------------------	---------	---	----------	--------------

4.1.1. A Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Estabelecimentos de Serv. Saúde do estado do Pará (CNPJ n. 34.599.043/0001-57) estabelece o valor do piso salarial dos profissionais (2666375).

4.1.2. Deverá ser adotado o disposto em Convenção Coletiva de Trabalho/enquadramento sindical relacionado à atividade econômica preponderante do empregador e não da categoria profissional a ser contratada, na forma dos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e na jurisprudência do TCU, desde que tenha base territorial no estado do Pará.

4.1.3. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora, e não poderão ser inferiores aos estimados no Termo de Referência, nem inferiores aos do acordo ou convenção coletiva a que a licitante estiver vinculada, ou sentença normativa em dissídio coletivo ou lei, devendo ser utilizado o salário mais benéfico ao trabalhador, sendo a data-base para reajuste, aquele devidamente previsto nos instrumentos supracitados, salvo se menor que o salário mínimo nacional quando este prevalecerá.

4.1.4. Caso a proposta da licitante apresente salário ou valor inferiores ao estabelecido neste Termo de Referência ou em acordo ou convenção coletiva a que a licitante estiver vinculada, ou sentença normativa em dissídio coletivo ou lei, poderá ser fixado prazo para ajuste da proposta para, dentre esses, o mais benéfico ao trabalhador. O não atendimento à solicitação de ajuste no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implicará a desclassificação da proposta.

4.2. DA JORNADA DE TRABALHO

4.2.1. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitado o intervalo intrajornada do Art. 71 da CLT.

4.2.2. A prestação dos serviços ocorrerá diariamente, de **segunda a sexta-feira, entre 08h e 18h, conforme a necessidade de serviço.**

4.2.3. Nos dias em que o horário de expediente for reduzido ou não houver expediente por questões específicas do órgão, os horários de execução dos serviços contratados poderão obedecer ao horário de expediente do contratante, sem ônus para a contratada e sem prejuízo salarial aos profissionais alocados nos postos de trabalho, desde que não haja necessidade do serviço ou prejuízo para sua execução, e de acordo com as orientações da Fiscalização Técnica do Contrato.

4.3. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. A prestação de serviço do posto de trabalho ocorrerá na modalidade presencial, no TRE/PA, localizado na rua João Diogo 288, bairro Campina - CEP 66015-902 – Belém/ PA.

4.3.2. Os serviços terão regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN nº 5/2017 - SGD/ME.

4.4. DA COBERTURA E DA SUBSTITUIÇÃO DOS POSTOS

4.4.1. No caso de ausência do profissional alocado em qualquer posto de trabalho, será descontado, do faturamento mensal, o valor correspondente ao número de horas ou minutos não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais.

4.4.2. A Contratada deverá suprir, por meio de outro profissional que atenda aos requisitos mínimos de qualificação exigidos, a ausência de funcionário no posto de trabalho, no prazo de até 1 (um) dia útil, contados da solicitação do fiscal do contrato.

4.4.3. A solicitação da cobertura do profissional será feita pelo fiscal do contrato por meio do endereço eletrônico informado pela Contratada e o prazo será contado a partir do horário do recebimento da comunicação pela Contratada.

4.4.4. Fica facultado ao fiscal do contrato, em resposta à solicitação formal da Contratada, autorizar previamente a cobertura de postos vagos durante determinados períodos ou em determinadas hipóteses, como férias e atestados médicos. Nesse caso, o prazo para realizar a cobertura será contado a partir da ausência do funcionário.

4.4.5. A Contratada deverá substituir definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, sempre que exigido pelo Contratante, mediante justificativa apresentada pela fiscalização, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público, nos termos das normas internas do TRE/PA.

4.4.6. É vedado o retorno dos empregados substituídos às dependências do Contratante para cobertura de licenças, dispensas ou suspensão de outros profissionais.

4.4.7. A remuneração do profissional em substituição ou em cobertura será o mesmo previsto para a remuneração do posto, devendo ser recolhido os encargos correspondentes e previstos contratualmente, conforme previsão legal.

4.4.8. A cobertura de profissional(ais) no Posto de Trabalho em decorrência de faltas, ausências, etc. deverá ser comprovada até o fim do mês em que ocorreu a cobertura, mediante declaração própria emitida pela Contratada, devendo nela constar: o nome do empregado faltoso, bem como daquele que efetuou a cobertura no Posto de Trabalho e, ainda, o horário de início e de final da cobertura, para verificação do cumprimento do horário de funcionamento do Posto de Trabalho, a fim de que seja efetuada glosa de valores, se for o caso.

4.5. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DOS POSTOS

4.5.1. A contratada deverá alocar no posto de serviço de Auxiliar em Saúde Bucal, profissional que atenda aos seguintes requisitos mínimos:

1. Aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições, a ser aferido pela contratada, mediante exames admissionais (art. 168 da CLT).

2. Escolaridade mínima - Ensino Médio completo (ou curso equivalente), comprovado mediante cópia autenticada de certificado.

3. Capacitação profissional como ASB, comprovada com a inscrição no Conselho Regional de Odontologia (CRO), em cuja jurisdição exerça sua atividade, para a função de auxiliar em saúde bucal;

4. Experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade a ser exercida, comprovados mediante cópia da Carteira de Trabalho, ou de contrato de prestação de serviço ou de declaração de empregador/órgão ou empresa. A experiência profissional é essencial para o bom desempenho das atividades, tendo em vista a especificidade da atribuição em que o conhecimento teórico é insuficiente.

5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos.

6. Noções básicas de informática; e

7. Capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade.

8. Não responder a processo disciplinar junto ao respectivo conselho de classe (CRO).

4.5.1.1. O currículo dos profissional deverá conter nome completo, telefone para contato, descrição da formação e dos cursos de extensão, todos comprovados mediante cópia autenticada dos diplomas e/ou certificados anexados ao Currículo.

4.5.1.2. Os documentos que comprovam os requisitos mínimos e capacitação do profissional a ser alocado no posto de trabalho, deverá ser entregues em até 5 (cinco) dias corridos e contados do início da vigência do contrato.

4.6. DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS

4.6.1. O serviço será prestado nos consultórios odontológicos do TRE/PA, nas dependências do Edifício Sede, localizado na Rua João Diogo, 288, sala 103, Belém/PA, no horário de expediente do Tribunal, com carga horária de 44 horas semanais, podendo haver modificações neste horário, conforme a necessidade de serviço e conveniência da Administração.

4.6.2. Atividades do auxiliar em saúde bucal, sempre sob a supervisão do cirurgião-dentista, consistem em:

- I – organizar e executar atividades de higiene bucal;
- II – processar filme radiológico;
- III – preparar o paciente para o atendimento;
- IV – auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares;
- V – manipular materiais de uso odontológico;
- VI - controlar o estoque de materiais odontológicos;
- VII – selecionar moldeiras;
- VIII – preparar modelos de gesso;
- IX – registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;
- X – executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- XI – realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- XII – aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- XIII – desenvolver ações de promoção de saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;
- XIV – realizar em equipe levantamento de necessidade em saúde bucal;
- XV – adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção; e
- XVI - demais procedimentos compatíveis com as atividades de Auxiliar em Saúde Bucal.

4.6.3. A execução dos serviços deve se dar com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade, pontualidade e, principalmente, com qualidade no atendimento e na realização de cada atividade relacionada nos subitens acima.

4.7. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 47, I, da Lei 14.133/21)

4.7.1. Conforme o disposto no fundamento legal acima, é imperativo atender ao princípio da padronização na contratação de serviços, bens e obras pela Administração Pública.

4.7.2. Nesse contexto, no que diz respeito à contratação dos serviços a serem contratados, manifesta-se o compromisso com a aplicação rigorosa do princípio da padronização. Este princípio visa assegurar a uniformidade e consistência nas contratações governamentais, promovendo eficiência, transparência e economia de recursos públicos.

4.7.3. Para atender a esse princípio, implementar-se-á as seguintes medidas:

- 1) **Elaboração de Especificações Técnicas Padronizadas:** Serão desenvolvidas especificações técnicas detalhadas que descrevam de forma precisa e clara os requisitos para o "Auxiliar em Saúde Bucal". Essas especificações serão elaboradas de acordo com as normas e padrões reconhecidos na área técnica/demandante, garantindo a qualidade e eficácia do serviço.
- 2) **Utilização de Termos de Referência Padronizados:** Os Termos de Referência utilizados nos editais de licitação serão padronizados, estabelecendo requisitos uniformes para os licitantes. Isso permitirá

uma avaliação justa e igualitária das propostas apresentadas.

- 3) **Adoção de Contratos-Modelo:** Utilizaremos contratos-modelo que incluem cláusulas padrão para os serviços deste estudo técnico preliminar. Essas cláusulas incluirão disposições relacionadas a prazos, entregas, qualidade do serviço, responsabilidades das partes, entre outros aspectos relevantes.

4.7.4. Ao adotar essas medidas, assegura-se que a contratação do Auxiliar de Saúde Bucal estará em conformidade com o princípio da padronização, promovendo eficiência e qualidade nas aquisições públicas. Compromete-se a atender não apenas às exigências legais, mas também a um padrão elevado de excelência na prestação de serviços à sociedade.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. O serviços de auxiliar em saúde bucal será utilizado no Edifício Sede, especificamente na SAMOS, no quantitativo de 1 posto de trabalho.

5.2. Conforme informado no item 1.2.4, o serviço de auxiliar de saúde bucal já vem sendo utilizado pelo Tribunal, pelo que o quantitativo de 1 posto está atendendo satisfatoriamente a presente demanda da Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. A estimativa preliminar do valor da contratação é de **R\$47.424,72** (quarenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos), conforme Planilha de Custo de Formação 2666379, revisada pela unidade SACC.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (POSTOS)	VALOR MENSAL/POSTO	VIGÊNCIA CONTRATUAL	VALOR GLOBAL
1	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL (planilhas de custos e formação de preços)	1	R\$ 3.952,06	12	R\$47.424,72

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. O objeto será **adjudicado por ITEM**.

7.2. Entende-se que o parcelamento da solução seria inviável pelo quantitativo profissional a ser contratado, a ser alocado neste Tribunal (SAMOS), e com atuação em um só município (Belém).

7.3. A contratação de empresa única facilita o estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços; além disso, a adjudicação global favorece a economia de escala na contratação e diminui os riscos de um item fracassar.

7.4. A licitação em ITEM ÚNICO justifica-se, ainda, pela necessidade de preservar a integridade e a

qualidade do objeto, já que a contratação de vários prestadores de serviços pode implicar em descontinuidade da padronização, bem como em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos.

7.5. Finalmente, o ITEM ÚNICO se mostra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, promover, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. O objeto não estava previsto no Plano Anual de Contratações 2024, porém a contratação foi autorizada pela Diretoria Geral (2169026 e 0002376113) e convalidada pelo Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições (evento 0002321994).

9.2. O objeto deste procedimento está em alinhamento com o Planejamento Estratégico deste Tribunal, mais especificamente com o objetivo estratégico "Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária".

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o Item 14 - Aquisições e Contratações, cujo objetivo é "ampliar a quantidade de compras sustentáveis no TRE-PA" em 50% em relação às contratações sustentáveis realizadas por este tribunal no ano de 2022. Ademais, estão descritos no item 2.11 deste ETP os critérios de sustentabilidade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. A equipe de planejamento pretende alcançar benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

10.2. Resultados pretendidos

- **Economicidade:**

- Redução dos custos com a contratação e treinamento de funcionários;
- Redução dos custos com a aquisição e manutenção de equipamentos e insumos;
- Redução dos custos com a gestão dos serviços.

- **Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:**

- Liberação de recursos humanos para outras atividades mais especializadas, críticas e complexas;
- Diminuição do consumo de recursos materiais;

- Melhora da eficiência dos processos.

10.2.1. A contratação de uma empresa especializada nos serviços de "**Auxiliar em saúde bucal**" oferece uma série de vantagens em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

10.2.2. Com a contratação de uma empresa especializada, a organização deixa de ser responsável pela contratação, treinamento, aquisição e manutenção de equipamentos e insumos, e pela gestão dos serviços.

10.2.3. Além disso, a contratação de uma empresa especializada permite que a organização libere recursos humanos para outras atividades, o que pode resultar em uma melhor eficiência dos processos.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Para a futura contratação não se vislumbra a necessidade de **nenhuma adequação estrutural** nos ambientes onde será instalado os posto de serviço, portanto o que poderá ocorrer será apenas a substituição/recolhimentos dos materiais e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços, principalmente no caso da substituição/troca da prestadora de serviço.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não se vislumbra a necessidade de nenhuma adequação ou medida mitigadora nos ambientes onde será instalado os posto de serviço, devendo ocorrer somente o recolhimento/substituição dos materiais, equipamentos e acessórios utilizados no posto de serviço pelos trabalhadores.

12.2. Recomenda-se, contudo, a adoção de equipamentos e materiais de menor impacto ambiental no dia a dia de prestação dos serviços.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

(X) Pregão Eletrônico Tradicional

() Pregão Eletrônico - SRP

() Adesão a Ata de Registro de Preços*

() IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES ALEX DOS SANTOS BATISTA, Chefe de Núcleo**, em 03/06/2026, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE LOPES DE MATTOS, Assistente**, em 08/06/2026, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3038650** e o código CRC **6620607C**.

0003466-25.2024.6.14.8000

3038650v3